

Maria Emilia Amaral *

Esgotado o prazo de 100 dias dado pelo Ministro da Saúde, Alcení Guerra, para transformação do Rio de Janeiro em modelo de saúde pública no País, resta-nos a conclusão de que promessas, mais cedo ou mais tarde, cairão inapelavelmente no vazio do esquecimento se não associadas com vontade política e legítimo exercício de cidadania por parte da sociedade.

Continuam irrisórios os investimentos em saúde no Brasil, apesar da promessa pública de campanha do Presidente Fernando Collor, ratificada pelo Ministro Alcení Guerra de triplicar os magros 2,7% do PIB destinados à saúde. O que assistimos, no entanto, por parte da equipe administrativa do governo são propostas de cortes de orçamento e demissões no Inamps sob a alegação de déficit de caixa.

Na verdade, a decadência e de-

teriorização dos serviços públicos de saúde falam por si e já não sensibilizam a sociedade e os governantes. Os hospitais do Rio de Janeiro, cidade-palco da performance maior do Ministro da Saúde, permanecem nas mesmas condições subhumanas de atendimento aos pacientes por ele encontradas. Somente os ratos, alçados que foram à condição de cidadãos hospitalares, têm encontrado espaço e lugar nas enfermarias lotadas.

Discute-se, enquanto isso, nos gabinetes da Secretaria de Administração em Brasília o equacionamento das contas do Inamps, através do cancelamento da transferência de recursos do Ministério da Saúde para os Estados e Municípios. Ou seja, o Sistema Único de Saúde (SUS) ameaçado de abortamento, apesar de todos os segmentos da sociedade terem como certo ser a municipalização a única saída para o estabeleci-

mento de uma política justa e eficiente na área de saúde.

Só uma política voltada para os Municípios e para a população de baixa renda pode vir a reverter o caos hospitalar. Sem ação preventiva junto às comunidades carentes, serão sempre insuficientes os hospitais e incompetentes seus administradores.

São várias as experiências em países do terceiro mundo e em alguns municípios brasileiros de que pode ser alcançado a médio prazo um resultado bastante satisfatório em saúde pública se o Estado, através de centros de saúde minimamente equipados, vai ao encontro do cidadão e de suas necessidades. No Brasil, apenas 12% daqueles insuficientes 2,7% do PIB são direcionados às ações básicas, caracterizando a priorização de investimentos em hospitais de grande porte e em equipamentos sofisticados. Como se vê na prática, o insucesso se deve à falta de consonância política com as necessidades do imenso contingente de pessoas

doentes por falta de acesso às ações básicas de saúde.

O treinamento de equipes multidisciplinares e a dotação maciça de recursos para as ações básicas de saúde tornariam possível a ampliação de unidades estrategicamente situadas nas proximidades de bairros carentes. A atuação dos profissionais no seio da comunidade, disseminando noções de higiene e de prevenção de doenças, por certo faria decrescer sensivelmente a necessidade de leitos hospitalares. A solução para os males ambulatoriais, como hipertensão arterial, diabetes etc..., poderiam ser tratados ali mesmo, e, a exemplo dos cidadãos de classe média, os de baixa renda passariam a ter nome e rosto definido nos consultórios do Estado.

Um bom momento para ampliação dos debates dos problemas e das propostas de solução para a saúde se aproxima, com a eleição de governadores e de deputados estaduais. Renova-se a chance da sociedade escolher pa-

ra representá-la políticos integrados com os interesses e as prioridades da absoluta maioria da população brasileira: o cidadão carente. Sem cidadania e vontade política, promessas serão sempre promessas, comprometidas basicamente com elas mesmas e não com as reais necessidades dos cidadãos.

A discussão fria dos números distanciada dos fatos ameaça em credibilidade o ministro Alcení Guerra quando o afasta dos compromissos assumidos com a população brasileira de dar uma face humana e digna à saúde. Carece a saúde pública de formulação política e de definição de objetivos, não se justificando mais que os médicos, elo final da cadeia na prestação de serviços, sejam responsabilizados pelo que não lhes compete.

“Saúde, direito do cidadão e dever do Estado.” Que o governo faça a sua parte.